



MUNICÍPIO DE RIFAINA

CNPJ 45.318.995/0001-71

| | |
|---------------|---------|
| PM Rifaina-SP | |
| Folhas | Rubrica |

5.2.5. Prazo para execução do objeto determinado no cronograma físico-financeiro, item 5 do Termo de Referência - Anexo II deste edital;

5.2.6. Declaração impressa na proposta de que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação da proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro;

5.2.7. Declaração impressa na proposta de que os produtos/serviços ofertados atendem todas as especificações exigidas no Termo de Referência - Anexo II deste edital;

5.3. Não serão admitidas, posteriormente à apresentação das propostas comerciais, alegações de enganos, erros ou distrações, como justificativas para desistência ou quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

6. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Para a habilitação **todos** licitantes, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar **prova de inscrição válida** no Cadastro Único de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP) ou apresentar a **Documentação Completa**, na seguinte conformidade:

6.1. No que se refere ao CAUFESP:

6.1.1. O cadastro deverá ter classificação pertinente à categoria do objeto desta licitação;

6.1.2. O licitante regularmente cadastrado junto ao CAUFESP terá sua condição de habilitação verificada **on line** naquele sistema pelo pregoeiro ou pela equipe de apoio. As informações obtidas serão impressas e juntadas ao respectivo processo;

6.1.3. Se no cadastro junto ao CAUFESP o licitante não estiver habilitado, ou **se não constar** algum dos documentos exigidos nos itens 6.2.2- REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA e 6.2.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA deste Edital, ou se esses documentos estiverem com a validade vencida ou desatualizados, o licitante deverá apresentar documento equivalente válido;

6.1.4. O cadastro junto ao CAUFESP deverá ser acompanhado dos documentos relacionados nos itens 6.2.4- DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

6.2. No que se refere à **DOCUMENTAÇÃO COMPLETA**, os licitantes deverão apresentar:

6.2.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, conforme o caso:

a) Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a1) Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor;



MUNICÍPIO DE RIFAINA

CNPJ 45.318.995/0001-71

| | |
|---------------|---------|
| PM Rifaina-SP | |
| Folhas | Rubrica |

b) Decreto de autorização e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

c) Os documentos relacionados no subitem "a" **não** precisarão constar do **Envelope nº 2 - Habilitação** se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

6.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

c.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

c.2) Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;

c.3) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças;

d) Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social - INSS mediante a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN - Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;

e) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas- CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;

g) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de **assinatura do contrato**;

g.1) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

g.2) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis**, a contar da **publicação da homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;



MUNICÍPIO DE RIFAINA

CNPJ 45.318.995/0001-71

| | |
|---------------|---------|
| PM Rifaina-SP | |
| Folhas 43 | Rubrica |

g.3) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem g.2, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte.

g.4) Na hipótese de nenhuma microempresa e empresa de pequeno porte atender aos requisitos deste Edital, será convocada outra empresa na ordem de classificação das ofertas, com vistas à contratação.

6.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b1) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

6.2.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

Declarações subscritas por representante legal da licitante, elaboradas em papel timbrado, conforme anexo VI deste edital, atestando:

a) nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

b) que a empresa atende as normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo;

c) estar ciente de que registro(s) no CADIN ESTADUAL (Lei Estadual nº12.799/08), exceto se suspenso, impede(m) a contratação com esta administração, de acordo com a Lei Estadual nº 12.799/08, sem prejuízo das demais cominações legais, assim como inexistência também qualquer outro fato impeditivo de contratar, inclusive em virtude das disposições da Lei Estadual nº 10.218, de 12 de janeiro de 1.999.

6.3. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.3.1. Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticado pelo Pregoeiro ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação;

6.3.2. Não serão aceitos **protocolos de entrega ou solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;



MUNICÍPIO DE RIFAINA

CNPJ 45.318.995/0001-71

| | |
|---------------|-----------|
| PM Rifaina-SP | |
| Folhas 94 | Rubrica 0 |

6.3.3. Na hipótese de não constar prazo de validade das certidões apresentadas, esta prefeitura municipal aceitará como válidas as expedidas até **180** (cento e oitenta) **dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

6.3.4. Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

a) Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos, disposta nos itens 6.2.1 a 6.2.5;

6.3.5. Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a **inabilitação** do licitante;

6.3.6. O Pregoeiro ou a Equipe de Apoio diligenciará efetuando consulta direta na internet nos **sites** dos órgãos expedidores para verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico.

7. PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. No horário e local indicados neste Edital será aberta a sessão pública, iniciando-se pela fase de credenciamento dos licitantes interessados em participar deste certame, ocasião em que serão apresentados os documentos indicados no item 3.1.

7.2. Encerrada a fase de credenciamento, os licitantes entregarão ao Pregoeiro os **envelopes nº 1 e nº 2**, contendo, cada qual, separadamente, a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação.

7.3. O julgamento será feito pelo critério de **menor preço do item**, observadas as especificações e parâmetros mínimos de qualidade definidos neste Edital;

7.3.1. Havendo divergência entre os valores, prevalecerá o **preço unitário**. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta

7.4. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo **desclassificadas** as propostas:

7.4.1. Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

7.4.2. Que apresentem preço ou vantagem baseados exclusivamente em propostas ofertadas pelos demais licitantes;

7.4.3. Que contiverem cotação de objeto diverso daquele constante neste Edital;

7.4.4. Que apresentem preços total ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.5. Na hipótese de **desclassificação** de todas as propostas, o Pregoeiro dará por encerrado o certame, lavrando-se ata a respeito.

7.6. As propostas classificadas serão selecionadas para a **etapa de lances**, com observância dos seguintes critérios:



MUNICÍPIO DE RIFAINA

CNPJ 45.318.995/0001-71

| | |
|---------------|---------|
| PM Rifaina-SP | |
| Folhas 45 | Rubrica |

7.6.1. Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

7.6.2. Não havendo pelo menos **três** propostas nas condições definidas no item anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de **três**. No caso de empate das propostas, serão admitidas todas estas, independentemente do número de licitantes;

7.6.3. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma verbal e sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e, os demais, em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de **sorteio** no caso de empate de preços;

a) O licitante sorteado em primeiro lugar escolherá a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.7. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a **redução mínima de 1%**.

7.8. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.9. Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

7.9.1. Entende-se por **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

7.9.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

a) Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de **5 (cinco) minutos** após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

b) Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.9.1 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

b.1) Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

7.9.3. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.9.4. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.9.1;

a) Não configurada a hipótese prevista neste subitem, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

7.10. Após a fase de lances serão **classificadas** na ordem crescente dos valores, as propostas não selecionadas por conta da regra disposta no item 7.6.1, e



MUNICÍPIO DE RIFAINA

CNPJ 45.318.995/0001-71

| | |
|---------------|--------|
| PM Rifaina-SP | |
| Folhas 46 | Rebõca |

aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando-se para estas, o último preço ofertado.

7.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades legais cabíveis.

7.12. O Pregoeiro poderá **negociar** com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

7.13. Após a negociação, o Pregoeiro examinará a **aceitabilidade do menor preço**, decidindo motivadamente a respeito.

7.14. Considerada aceitável a oferta de menor preço, no momento oportuno, a critério do Pregoeiro, será verificado o atendimento do licitante às condições habilitatórias estipuladas neste Edital;

7.15. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação efetivamente entregues, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, sendo vedada a apresentação de documentos novos.

7.16. A verificação será certificada pelo Pregoeiro, anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.17. A administração pública não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será **inabilitado**.

7.18. Constatado o atendimento pleno aos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será **habilitado e declarado vencedor**.

7.19. Se a oferta de menor preço não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, podendo negociar com os respectivos autores, até a apuração de uma proposta que, verificada sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, será declarada vencedora.

7.20. Da sessão será lavrada **ata** circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de apoio.

7.21. O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer **diligências** julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

7.22. Havendo negociação, a empresa adjudicatária deverá encaminhar para a Seção de Licitações-, até o segundo dia útil seguinte à sessão do processamento do Pregão, a composição final dos preços da proposta apresentada, nos moldes do Anexo III, respeitada a proporção de redução dos preços na etapa de lances.

8. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1. Até **dois dias úteis** antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

8.2. Eventual impugnação deverá ser dirigida ao subscritor deste Edital e **protocolada** na Seção de Licitações.



MUNICÍPIO DE RIFAINA

CNPJ 45.318.995/0001-71

| | |
|---------------|---------|
| PM Rifaina-SP | |
| Folhas 47 | Rubrica |

8.2.1. Admite-se impugnação por intermédio de e-mail licitacao@rifaina.sp.gov.br, ficando a validade do procedimento condicionada à protocolização do original na Seção de Licitações - no prazo de 48 horas de seu envio;

8.2.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame.

8.3. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.

8.4. Dos atos do Pregoeiro cabe recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de **três dias** que começará a correr a partir do dia em que houver expediente nesta prefeitura municipal, para a apresentação das razões, por meio de memoriais, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

8.4.1. Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro encaminhará os autos devidamente fundamentado à autoridade competente;

8.4.2. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

8.4.3. Os recursos devem ser protocolados no PROTOCOLO localizado na Rua Barão de Rifaina, 251, Centro, Rifaina, São Paulo, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações e dirigidos ao Pregoeiro.

8.5. Admitem-se recursos por intermédio de e-mail licitacao@rifaina.sp.gov.br, ficando a validade do procedimento condicionada à protocolização do original no PROTOCOLO no prazo de **48 horas** de seu envio.

8.6. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório;

8.7. A ausência de manifestação imediata e motivada pelo licitante na sessão pública importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

9. DA ATA DO REGISTRO DE PREÇO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A licitante que convocada para assinar a ata de registro de preços deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluída.

9.2. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

9.3. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de **5 (cinco) dias úteis** contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.



MUNICÍPIO DE RIFAINA

CNPJ 45.318.995/0001-71

| | |
|---------------|---------|
| PM Rifaina-SP | |
| Folhas 47 | Rifaina |

9.4. Na hipótese do não atendimento à convocação a que se refere o subitem anterior ou havendo recusa em fazê-lo, a Administração aplicará as penalidades cabíveis.

9.5. A(s) Ata(s) de Registro de Preços terá(ão) validade de 12 (doze) meses, contado da data da sua(s) assinatura(s).

9.6. Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os preços registrados estão superiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

9.7. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

9.7.1. Pela Administração quando:

9.7.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços.

9.7.1.2. A detentora não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração.

9.7.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços.

9.7.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços.

9.7.1.5. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado.

9.7.1.6. Por razões de interesse público, devidamente justificado pela Administração.

9.7.1.7. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos em lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços.

9.7.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, por 1 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.7.2. **Pela Detentora quando**, mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

9.7.2.1. A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ocorrer antes do pedido de fornecimento pela Contratante.

9.8. DAS CONTRATAÇÕES

9.8.1. Os fornecedores do objeto incluídos na ata de registro de preços estarão obrigados a assinar e receber as Autorizações para Fornecimento(AF) que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.

9.8.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de contratação em igualdade de condições.

10. ENTREGA, RECEBIMENTO E ACEITE DO OBJETO



MUNICÍPIO DE RIFAINA

CNPJ 45.318.995/0001-71

| | |
|---------------|---------|
| PM Rifaina-SP | |
| Folhas | Rubrica |
| 49 | 90 |

10.1 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

10.1.2 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindido a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

10.2. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante;

10.2.1. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

10.2.2 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante;

10.2.3 O município de Rifaina, indicará mecânico/técnico para inspeção e exame da adequação do objeto entregue, para fins de aceitação do mesmo.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado em 20 (vinte) dias, contados da data do aceite da nota fiscal/fatura pelo Gestor do Contrato, senhor Gustavo Adriano Coimbra, diretor do Departamento Municipal.

11.2. Os pagamentos serão efetuados em carteira, através de ordem de pagamento, documento de crédito (doc) ou depósito em conta desde que o documento para esta finalidade esteja devidamente preenchido e acompanhe a nota fiscal, ficando a cargo da Contratada a despesa bancária correspondente;

11.3. Para fins de liberação do pagamento, em carteira, a contratada deverá entrar em contato com a Divisão de Tesouraria, até 48 horas úteis anteriores à data do vencimento.

11.4. Os pagamentos serão efetuados de 2ª a 6ª feiras, das 13 às 16h, impreterivelmente;

11.5. O pagamento cujo vencimento recair em sábado, domingo, feriados, inclusive bancários, ponto facultativo, será liquidado no primeiro dia útil seguinte, sem ônus à Contratante;

11.6. A Contratada deverá apresentar a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s) ao objeto, contendo as seguintes informações:

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 199/2023

PREGÃO PRESENCIAL N.º 062/2023

NOTA DE EMPENHO N.º _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º _____

11.7 – O pagamento em carteira somente será efetuado com a apresentação, pela Contratada, das certidões de regularidade junto ao INSS e FGTS em vigor.

11.7.1 No caso de empresa domiciliada no município de RIFAINA, essa deverá apresentar, além das certidões exigidas no item 11.7, certidão de regularidade junto à Fazenda do Município.

12. SANÇÕES



MUNICÍPIO DE RIFAINA

CNPJ 45.318.995/0001-71

| | |
|---------------|-------------|
| PM Rifaina-SP | |
| Folhas 50 | Reprografia |

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo indôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

13.2. O resultado do presente certame será divulgado no DOE – Diário Oficial do Estado de São Paulo.

13.3. Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

13.4. Após a publicação do extrato do contrato, os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada, pelo prazo de **cinco dias**, findo o qual serão inutilizados.

13.5. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

13.6. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Pedregulho do Estado de São Paulo.

Rifaina, 26 de setembro de 2023.

Hugo Cesar Lourenço
Prefeito

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: MARGARIDA SILVEIRA COSTACURTA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 5-80UW-HQEO-69JQ-3KYY



MUNICÍPIO DE RIFAINA

CNPJ 45.318.995/0001-71



CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: MARGARIDA SILVEIRA COSTACURTA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 5-80UW-HQEO-69JQ-3KYY

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

| Item | Quant | Descrito do produto |
|------|-------|--|
| 01 | 02 | Ônibus Rodoviário seminovos com, no máximo, 05 (cinco) anos de fabricação, com motor traseiro de, no mínimo 360CV de potência, movido a diesel, com injeção eletrônica, câmbio automático com, no mínimo, 12 (doze) marchas à frente e 01 a ré, com pneus 295/80, com PBT de 19.000T, com capacidade mínima para 47 (quarenta e sete) passageiros, poltronas reclináveis revestidas em tecido, com porta pacotes em seu interior, ar condicionado e vidros colados, direção hidráulica, WC (banheiro), Sistema sonoro de ré, suspensão pneumática integral, 01 (uma) porta de entrada/saída e piso antiderrapante. |

O OBJETO DESTA LICITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE NO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS, LOGO APÓS O RECEBIMENTO DA ORDEM DE FORNECIMENTO.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

PRAZO DE PAGAMENTO: 20 (VINTE) DIAS APÓS O RECEBIMENTO DA NOTA FISCAL, DEVIDAMENTE VALIDADA PELO GESTOR DO CONTRATO.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. Os recursos orçamentários para cobrir as despesas decorrentes da aquisição do objeto desta licitação serão os seguintes:

RECURSO PRÓPRIO

02 19 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

26 782 0021 GESTÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO EFICIENTE E DE QUALIDADE

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Rifaina, 26 de setembro de 2023.


Hugo Cesar Lourenço
Prefeito



MUNICÍPIO DE RIFAINA

CNPJ 45.318.995/0001-71



ANEXO II PROPOSTA COMERCIAL PREGÃO PRESENCIAL nº 062/2023

Proponente:
Endereço:
Bairro: CEP: Cidade:
Estado: Telefone: Fax:
E-mail:

| Item | Quant | Descrição do produto | PREÇO UNIT/ MARCA/ MODELO | preço total |
|------|-------|---|------------------------------------|-------------|
| 01 | 02 | Ônibus Rodoviário seminovos com, no máximo, 05 (cinco) anos de fabricação, com motor traseiro de, no mínimo 360CV de potência, movido a diesel, com injeção eletrônica, câmbio automático com, no mínimo, 12 (doze) marchas à frente e 01 a ré, com pneus 295/80, com PBT de 19.000T, com capacidade mínima para 47 (quarenta e sete) passageiros, poltronas reclináveis revestidas em tecido, com porta pacotes em seu interior, ar condicionado e vidros colados, direção hidráulica, WC (banheiro), Sistema sonoro de ré, suspensão pneumática integral, 01 (uma) porta de entrada/saída e piso antiderrapante.. | | |
| | | | Valor Total R\$ | |

Valor Total R\$..... (por extenso).

PRAZOS:

VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 12 MESES

VALIDADE DA PROPOSTA: MÍNIMA DE 60 DIAS

PAGAMENTO: ATÉ 20 DIAS APÓS A APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL, DEVIDAMENTE VALIDADA PELO GESTOR DO CONTRATO.

Declaramos conhecer e aceitar as condições estabelecidas no edital e seus anexos, comprometendo-nos a cumpri-las na sua integridade, sendo o objeto adjudicado a esta empresa, declaramos ainda fazer cumprir os elementos constantes desta proposta de preços.

Rifaina, de de 2.023.

Representante Legal



MUNICÍPIO DE RIFAINA

CNPJ 45.318.995/0001-71



CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: MARGARIDA SILVEIRA COSTACURTA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 5-80UW-HQED-69JQ-3KYY

ANEXO III

DADOS PARA ELABORAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nome da Empresa:

Endereço:

CNPJ:

Responsável pela Assinatura da Ata:

Nome:

Cargo:

Profissão:

Nacionalidade:

Naturalidade:

RG:

CPF:

Estado Civil:

Telefone/Fax:

Telefone Celular:

E-mail 1:

ASSINATURA E CARIMBO DO CNPJ

2º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE MOGI MIRIM-SP
FRAÇA SÃO JOSÉ, 335 FONE: (19) 3806-5338

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica, extraída
nestas notas a qual confere com o original, que dou fe

Mogi Mirim

28 SET 2023

Orlaine Carvalho Barros-Escrav.
Mariano Damasceno Antunes-Escrav.
Andressa Cristina B. de Moraes-Escrav.
Andre B. de Assunção-Escrav.
Valor Autêntico

ASTRUS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO

Por este instrumento e na melhor forma de direito, as abaixo-assinadas:

VIAÇÃO SANTA CRUZ S/A., sociedade nacional, com sede em Mogi Mirim, SP, na Rua Padre Roque, n.º 999, Centro, CEP 13800-033, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.771.516/0001-33, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) com o NIRE 35300044240, em sessão de 26/09/1972, e atual Diretoria eleita pela AGE realizada em 26/05/2003, cuja ata foi registrada na JUCESP sob n.º 113.708/03-8, em 09/06/2003, neste ato representada pelos **Diretores Gerente e Executivo**, respectivamente, **JOÃO LUÍS MAZON**, brasileiro, casado, industrial, com endereço em Mogi Mirim, SP, na Rua Dr. Ederaldo Queiroz Telles, n.º 115, Centro, CEP 13800-270, RG n.º 4.410.105-3/SSP-SP e CPF/MF n.º 032.848.408-34, e **CLÁUDIO NELSON CALHAU RODRIGUES DE ABREU**, brasileiro, casado, administrador (CRA/8.º Região n.º 5.377), economista (CRE/2.º Região n.º 8.742) e advogado (OAB/SP n.º 38.198), com endereço em Mogi Mirim, SP, na Rua Dr. Ederaldo Queiroz Telles, n.º 115, Centro, CEP 13800-270, RG n.º 7.245.555-X/SSP-SP e CPF/MF n.º 722.818.638-91.

EXPRESSO CRISTÁLIA LTDA., sociedade nacional, com sede em Itapira, SP, na Avenida dos Italianos, n.º 230, Bairro São Benedito, CEP 13970-080, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 46.379.152/0001-48, com o NIRE 35201097051 e atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob n.º 786.952, em 24/07/1975, e Contrato Social consolidado e atual Diretoria constantes da 27.ª Alteração do Contrato Social, de 30/12/2003, registrada na JUCESP sob n.º 7.927/04-6, em 09/01/2004, e última alteração contratual (28.ª), de 18/06/2004, registrada na JUCESP sob n.º 306.256/04-6, em 06/07/2004, aqui representada pelos **Diretores Gerente e Executivo**, respectivamente, **João Luís Mazon** e **Cláudio Nelson Calhau Rodrigues de Abreu**, ambos acima qualificados.

VIAÇÃO NASSER LTDA., sociedade nacional, com sede em Mogi Guaçu, Estado de São Paulo, na Avenida Bandeirantes, n.º 1.801, Sala 3, Vila Leila, CEP 13845-440, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 59.894.790/0001-49, com atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) com o NIRE 35212843868, em sessão de 13/02/1995, e Contrato Social consolidado e atual Diretoria constantes da 12.ª Alteração do Contrato Social, de 30/12/2003, registrada na JUCESP sob n.º 7.933/04-6, em 09/01/2004, aqui representada pelos **Diretores Gerente e Executivo**, respectivamente, **João Luís Mazon** e **Cláudio Nelson Calhau Rodrigues de Abreu**, ambos acima qualificados.

Resolvem constituir uma **sociedade empresária limitada**, que se regerá pelas cláusulas e condições do seguinte **Contrato Social**:



21 TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE MOGI MIRIM - SP
FRAÇA SÃO JOSÉ, 335 FONE: (19) 3801-5338

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica, extralida
nestas notas a qual confere com o original, que de

Mogi Mirim

28 SET 2023

Orsine Carvina Araújo-Escriv.
Patricia Damasceno Amâncio-Escriv.
Andressa Gracie B. de Moraes-Escriv.
André B. de Assunção-Escriv.
Jussara Eve de Costa Severina-Escriv.



ASTRUS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

CONTRATO SOCIAL

Capítulo I DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

CLÁUSULA 1.ª - A Sociedade girará sob a denominação de **ASTRUS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA** e regular-se-á pelas cláusulas e condições deste Contrato Social, pelo Código Civil Brasileiro e supletivamente, pelas normas aplicáveis às sociedades anônimas.

CLÁUSULA 2.ª - A Sociedade tem sua sede e fôro jurídico na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, na Rua Padre Roque, n.º 939, Centro, CEP 13800-033.

Parágrafo Único - A Sociedade poderá a qualquer tempo, mediante alteração contratual ou por simples deliberação dos administradores, abrir ou fechar filial ou outra dependência, neste e em outros Estados da Federação, bem como no Exterior.

CLÁUSULA 3.ª - A Sociedade tem por objeto o comércio de veículos automotores novos e usados de qualquer espécie ou marca.

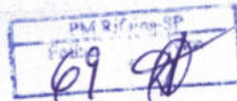
Parágrafo Único - A Sociedade poderá, ainda, participar de outras sociedades; realizar a importação e exportação de bens e produtos relacionados com o seu objeto social e realizar negócios com veículos em consignação.

CLÁUSULA 4.ª - A duração da Sociedade será por tempo indeterminado.

Capítulo II CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA 5.ª - O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado neste ato, em moeda corrente nacional, é de R\$5.000,00 (cinco mil reais), dividido em 5.000 quotas de R\$1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre as Sócias:

| | |
|-----------------------------------|----------------------|
| VIAÇÃO SANTA CRUZ S/A. | |
| 3.000 quotas de R\$ 1,00 cada uma | R\$ 3.000,00 (60%) |
| EXPRESSO CRISTÁLIA LTDA. | |
| 1.000 quotas de R\$ 1,00 cada uma | R\$ 1.000,00 (20%) |
| VIAÇÃO NASSER LTDA. | |
| 1.000 quotas de R\$ 1,00 cada uma | R\$ 1.000,00 (20%) |
| 5.000 quotas de R\$ 1,00 cada uma | R\$ 5.000,00 (100%) |



Z. TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE MOGI MIRIM, SP
FRAÇA SÃO JOSÉ, 335 FONE: (19) 3806-335

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica, extraída destas notas à qual confere com o original, que dou

Mogi Mirim

28 SET 2023

| | |
|---------------------------------------|-------|
| Orlaine Carvisho Soares-Escrev. | Valor |
| Patricia Damasceno Amorim-Escrev. | Autor |
| Andressa Gnatia B. de Moraes-Escrev. | FR 15 |
| Andre N. de Assunção-Escrev. | |
| Jussara Eva de Costa Silveira-Escrev. | |



Parágrafo Único - Na forma do artigo 1.052, do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10/01/2002), a responsabilidade das Sócias é restrita ao valor das suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Capítulo III ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA 6.ª - A administração da Sociedade caberá ao administrador nomeado e qualificado no Parágrafo Único desta Cláusula, que terá a designação de **Diretor Gerente**, estando autorizado a usar a denominação social.

Parágrafo Único - Fica nomeado administrador o Sr. **JOÃO LUÍS MAZON**, brasileiro, casado industrial, com endereço em Mogi Mirim, SP, na Rua Dr. Ederaldo Queiroz Telles, nº 115, Centro CEP 13800-270, RG nº 4.410.105-3/SSP-SP e CPF/MF nº 032.848.408-34.

CLÁUSULA 7.ª - O administrador acima nomeado, designado Diretor Gerente, administrará a Sociedade com os mais amplos poderes, competindo-lhe, sem prejuízo de outras funções legais o seguinte: **(a)** representar a Sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante terceiros e Repartições Públicas em geral; e **(b)** praticar todos os atos da administração da Sociedade, podendo, para isso, arrendar, adquirir, alienar bens móveis e imóveis; gravar com hipoteca bens imóveis; demandar, transigir e fazer acordos; outorgar procurações em nome da Sociedade; celebrar contratos em geral; contrair obrigações; nomear, contratar, promover e demitir funcionários, fixando-lhes remuneração e atribuições; receber e dar quitação; sacar e aceitar duplicatas de faturas; sacar e aceitar títulos cambiários da Sociedade; fazer depósitos bancários, endossar, descontar e emitir cheques; assinar contratos de caução e de créditos em geral junto aos bancos, inclusive descontos; praticar, enfim, todos os atos e realizar todas as operações de administração para o bom andamento dos negócios da Sociedade.

CLÁUSULA 8.ª - O administrador, no efetivo exercício de suas funções, receberá da Sociedade um valor mensal, a título de pró-labore, que será fixado pelas Sócias.

CLÁUSULA 9.ª - É vedado ao administrador, mesmo em nome pessoal, prestar avais, fianças e endossos de favor e outras responsabilidades afins que não sejam do interesse da Sociedade.

Capítulo IV EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

CLÁUSULA 10 - O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano, quando será procedida a elaboração do inventário dos bens da Sociedade, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, que deverão estar concluídos até 30 (trinta) dias antes da data da realização da reunião ordinária das Sócias, a realizar-se até 30 de abril do ano seguinte.

CLÁUSULA 11 - Caberão às Sócias, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão distribuídos ou aplicados na forma deliberada na reunião ordinária das Sócias, com base em proposta apresentada pelo administrador.